



Gazeta Mercantil - Casa Brasil

Debate “A Presença da Indústria de Base no PAC – Geração de Energia”

Energia e Infra-estrutura: Desafios e Oportunidades para o Crescimento do Brasil

Claudio J. D. Sales

Presidente

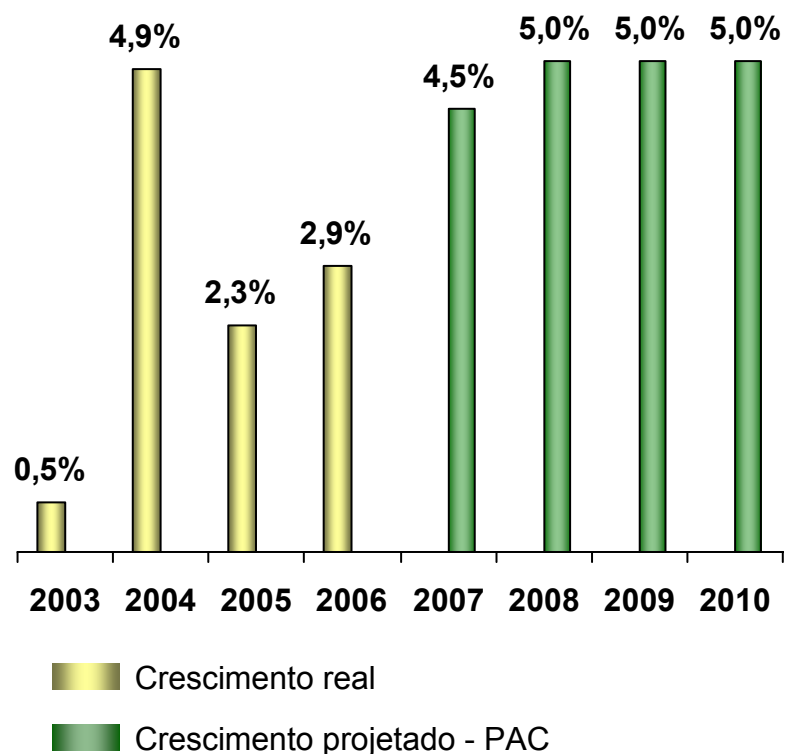
Instituto Acende Brasil

São Paulo, Salão Nobre da FIESP

18 de setembro de 2007

O crescimento esperado para os próximos anos criará oportunidades nos setores de infra-estrutura

Taxa de crescimento do PIB (%) ¹⁾



Investimentos previstos no PAC (2007-2010)

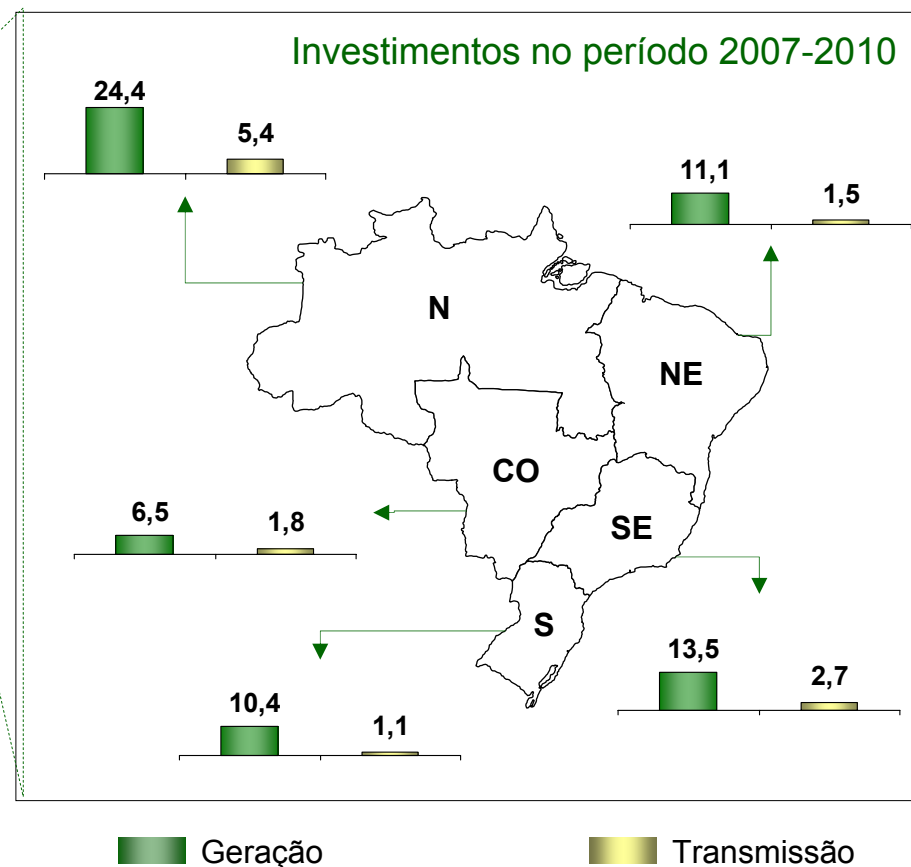
Setor	R\$ bilhões	Objetivos
Petróleo e Gás	179,0	<ul style="list-style-type: none"> Expandir a produção de petróleo em 7% a.a. Dobrar a produção de gás natural
Habitação	106,3	<ul style="list-style-type: none"> Atender 4 milhões de famílias
Energia Elétrica	78,4	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a geração em 39,8 GW Expandir a transmissão em 19,1 mil km
Saneamento	40,0	<ul style="list-style-type: none"> Atender 7,3 milhões de novos domicílios
Ferrovias	7,9	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a malha ferroviária e 2,5 mil km

Somente no setor elétrico, o Programa de Aceleração do Crescimento prevê investimentos de R\$ 78,4 bilhões até 2010

Investimentos em energia (R\$ bilhões)

Programas	2007-2010	Após 2010
Geração de energia elétrica	65,9	20,7
Transmissão de energia elétrica	12,5	3,4
Petróleo e gás natural	179,0	138,1
Combustíveis renováveis	17,4	27,0
Total	274,8	189,2

Investimentos no setor elétrico (R\$ bilhões)

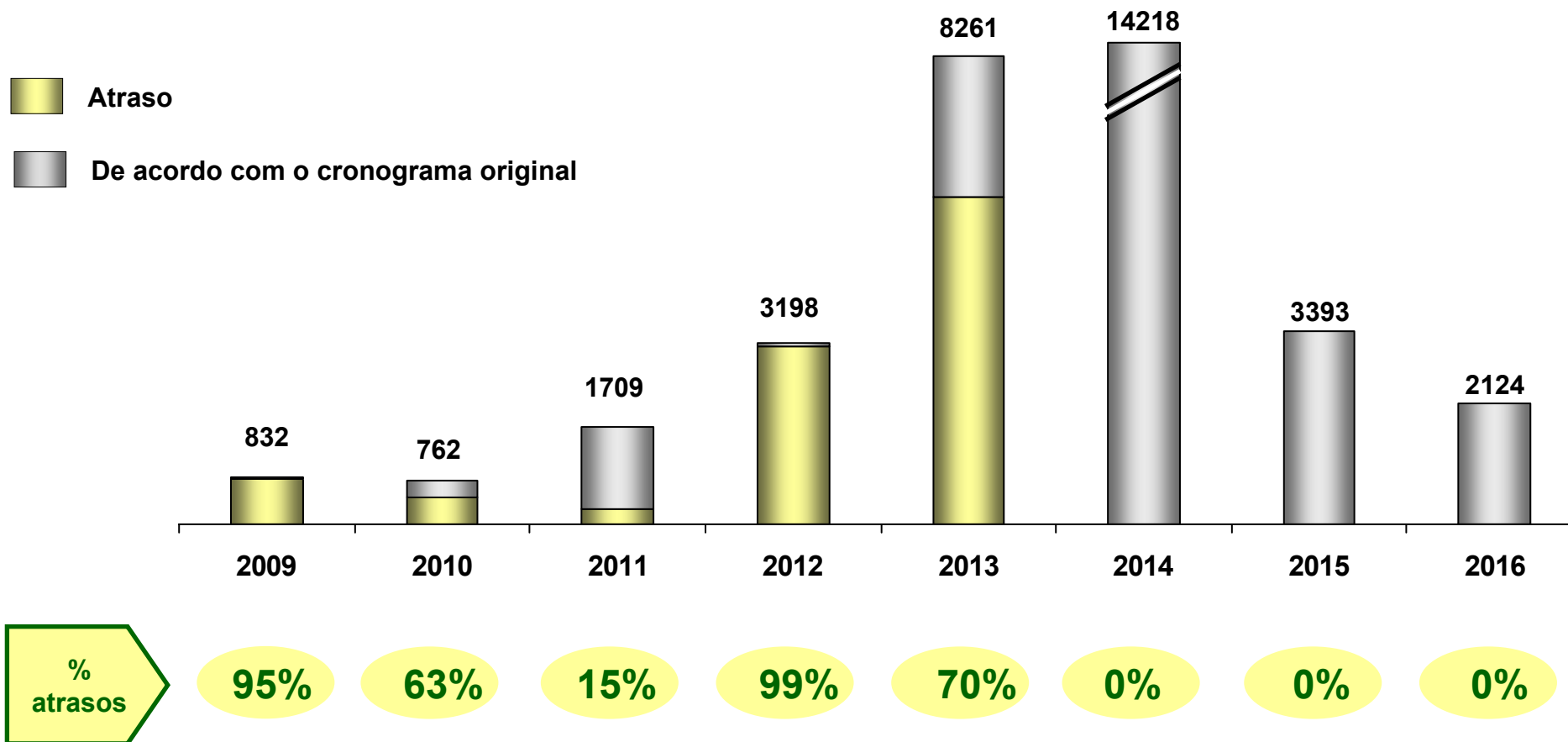


Segundo especialistas, o setor privado deve responder por mais de 60% dos investimentos em energia elétrica



Entretanto, a realização dos projetos de energia do PAC não tem ocorrido no ritmo necessário

Expansão da geração – projetos do PAC (em MW)



Um alerta: a limitação na oferta de energia eleva o risco de se decretar racionamento acima do nível aceitável

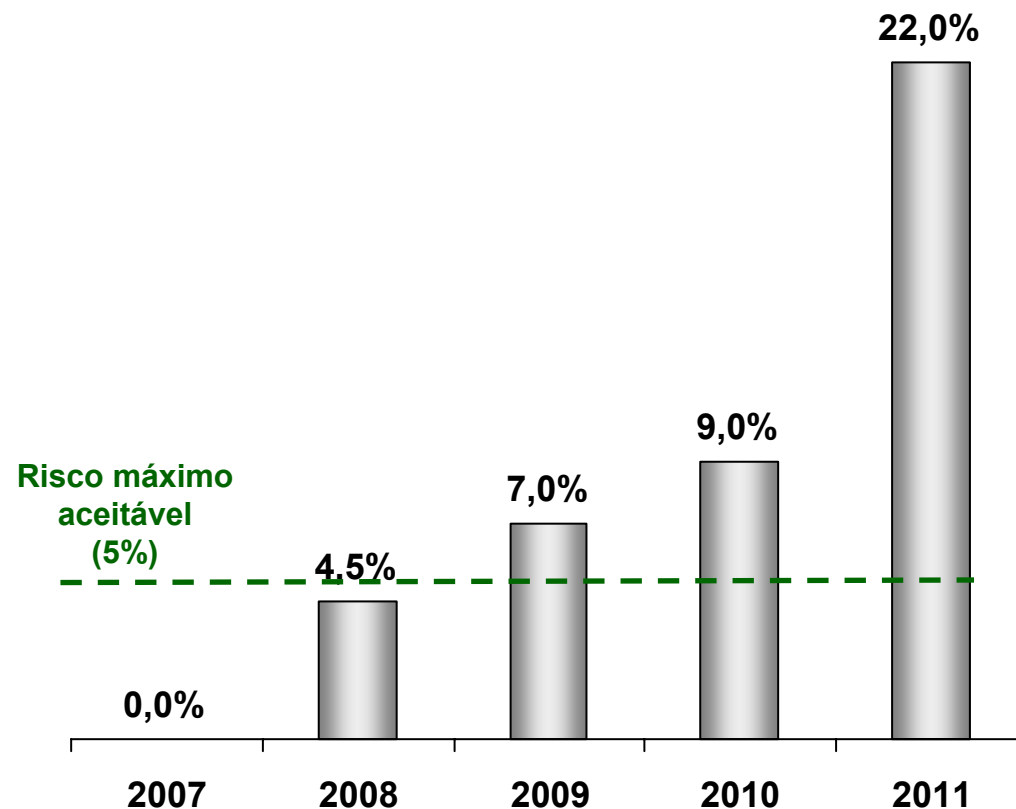
Risco de decretar racionamento - Sudeste

Premissa da demanda:

- Crescimento do PIB: 4,8% a.a.
- Crescimento da demanda de energia: 5,3% a.a.

Premissas de oferta:

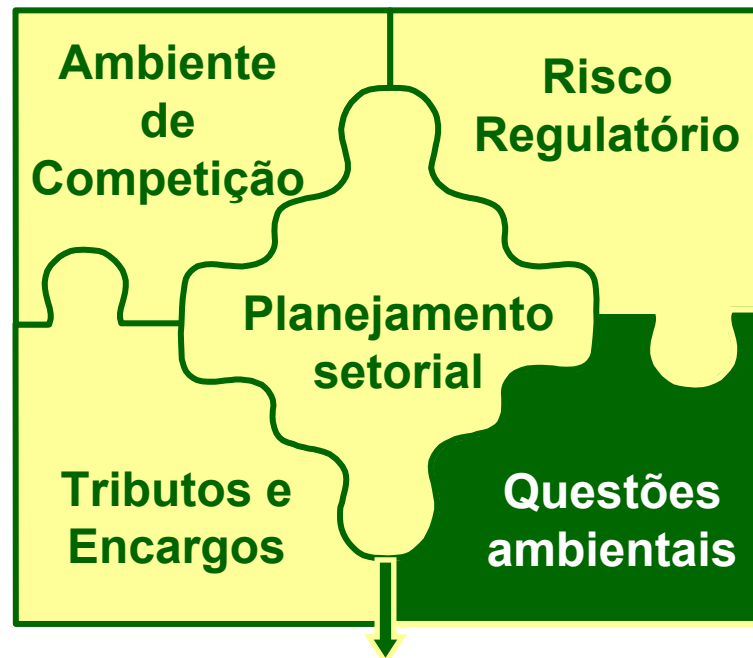
- Oferta do PMO de julho de 2007
- Considera o resultado do leilão de energias renováveis
- Considera o efeito do Termo de compromisso entre Petrobras e Aneel
- Considera 100% do Proinfa
- Sem atraso na construção de usinas
- Sucesso dos leilões A-3 de 2007 e 2008



Para que os investimentos ocorram de forma eficiente, vários desafios devem ser superados

Desafios para o estabelecimento de um ambiente indutor de investimentos

- **Baixa governança corporativa das estatais**
- **Ineficiência das regras dos leilões de geração**
- **Excessiva carga de tributos e encargos setoriais, sacrificando:**
 - O consumo
 - Os investimento das empresas
 - A competitividade da indústria



- **Ameaça à autonomia das agências reguladoras**
- **Regulação que não premia a eficiência**

- **Arbitragem ideológica de questões ambientais**
- **Morosidade no processo de licenciamento ambiental**

- **Falta de transparência na visão do CMSE**
- **Planejamento confuso e contraditório dentro do próprio governo**

Dificuldades na esfera ambiental

Licenciamento Ambiental

- ❑ Atraso na Liberação das Licenças
- ❑ Exigência de Complementação dos Estudos
- ❑ Falta Transparência

Custos Ambientais

- ❑ Programas Ambientais – aumento da quantidade dos reassentados (povos tradicionais)
- ❑ Compensação Ambiental
- ❑ Compensações Financeiras – pedido das Prefeituras

Interferências no processo

- ❑ Uso Político do Empreendimento
- ❑ Ações Civas promovidas pelo Ministério Público
- ❑ Invasões de “Movimentos Sociais”

O tempo de licenciamento ambiental tem sido muito superior aos prazos estabelecidos pelo Ibama/Conama

Balanco dos prazos de licenciamento ambiental

Etapas	Prazos Estabelecidos	Média Observada
Aprovação do Termo de Referência IBAMA	<ul style="list-style-type: none">▪ 30 dias – Instrução Normativa 65/2005	<ul style="list-style-type: none">▪ 1 ano e 1 mês
Aprovação EIA/RIMA	<ul style="list-style-type: none">▪ 60 dias – aprovação abrangência▪ 120 dias – parecer de mérito - IN 65/2005	<ul style="list-style-type: none">▪ 1 ano e 7 meses
Realização Audiência Pública	<ul style="list-style-type: none">▪ 45 dias após aprovação EIA	<ul style="list-style-type: none">▪ 8 meses
Emissão da Licença Prévia	<ul style="list-style-type: none">▪ Até 1 ano - CONAMA nº 237/1997▪ Máximo 270 dias - Instrução Normativa 65/2005	<ul style="list-style-type: none">▪ 3 anos e 3 meses

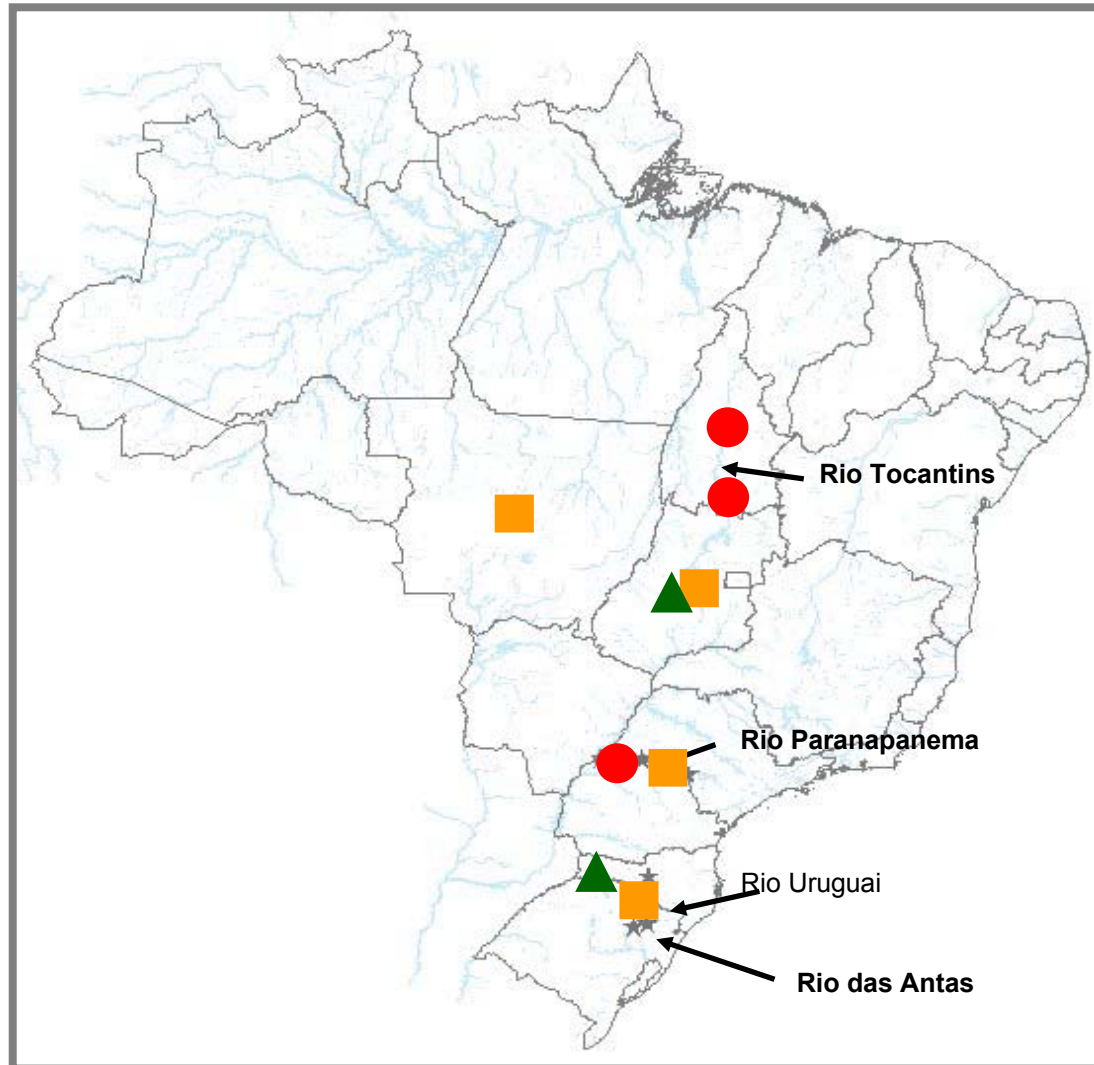
Diversas modalidades de compensações ambientais elevam o custo dos empreendimentos

- ❑ **Os custos socioambientais que em 2005 eram de 10% atualmente representam em média 12,1% do valor do empreendimento**
 - **No caso da UHE Machadinho os custos socioambientais chegaram a 29,2%**
- ❑ **Os custos socioambientais (*) podem dobrar durante o período de construção, principalmente com o aumento do número de famílias reassentadas (MOTTA, 2007)**
- ❑ **Apesar da compensação ambiental mínima prevista (°) ser de 0,5% do custo do empreendimento, seu valor médio tem sido de 0,7%, tendo chegado a 1,5%**

* remanejamento de famílias, monitoramento de qualidade de água, ar, ictiofauna, implantação de unidades de conservação, estudos sobre a fauna local, resgate arqueológico, recomposição da infra-estrutura (viária, social e de lazer)

° Recurso financeiro destinado à implantação e manutenção de unidades de conservação devido ao licenciamento ambiental de empreendimentos. O montante de recursos não pode ser inferior a meio por cento dos custos para a construção da usina.

Interferências externas contribuem para os atrasos do processo de licenciamento ambiental



■ Interferência do Ministério Público

● Uso político da implantação do empreendimento

▲ Interferências de “Movimentos Sociais”

Conclusões e Recomendações

- ❑ Embora o armazenamento atual garanta o suprimento até 2009, há riscos relativamente elevados - risco de 22% em 2011
- ❑ A análise do risco considera que não haverá atrasos nos projetos. Se os atrasos verificados no passado se repetirem, esse risco cresce exponencialmente
- ❑ O alto nível de riscos é motivo de alerta grave mas não de alarme. Há tempo suficiente e opções de ações regulatórias / institucionais para prevenir o desabastecimento
- ❑ O fundamental é que:
 - ❑ A avaliação das condições de suprimento seja a mais realista possível, de forma a dar sinais adequados a consumidores e empreendedores do setor
 - ❑ Seja regulamentada uma eventual situação de racionamento para induzir os agentes avessos ao risco de falta de energia a tomar iniciativas mitigatórias
 - ❑ Sejam realizados os ajustes necessários para a criação de um ambiente indutor dos investimentos para expansão da oferta de energia
 - ❑ Os órgãos ambientais respeitem os prazos estabelecidos para o licenciamento ambiental das usinas
 - ❑ Sejam esgotadas todas as alternativas negociais e investigativas antes que sejam estabelecidos processos judiciais
 - ❑ Os custos ambientais devem ser definidos com a maior precisão possível antes do leilão do empreendimento.

Membros do Instituto Acende Brasil



Saiba mais em:
www.acendebrasil.com.br